

de programas europeus de formação sobre questões relacionadas com a União, acessíveis a todos os agentes das autoridades com funções policiais e do fomento de cooperação entre as entidades responsáveis pela aplicação da lei, tanto ao nível nacional como da União.

Para concretização destas finalidades o Regulamento (UE) 2015/2219, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015 (RUECEPOL), substitui e revoga a Decisão 2005/681/JAI do Conselho, de 20 de setembro, e cria a Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL), que se constitui como uma rede de institutos de formação de agentes das autoridades com funções policiais dos Estados-Membros.

Incumbe a cada Estado-Membro participante da rede criar ou designar uma unidade nacional que constitua o órgão de contacto único com a CEPOL.

Não existindo uma estrutura nacional que cumpra estas exigências, verifica-se a necessidade de proceder à sua criação, o que se faz através do presente Despacho.

Neste contexto, para cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (UE) 2015/2219, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015,

Determinamos o seguinte:

1 — Nos termos do Regulamento (UE) 2015/2219, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, é criada a Unidade Nacional CEPOL, que substitui o Ponto Nacional de Contacto referido na Decisão 2005/681/JAI do Conselho, de 20 de setembro.

2 — O objeto, funções e competências desta Unidade Nacional são as estabelecidas no Regulamento (UE) 2015/2219, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015.

3 — A Estrutura, composição e funcionamento da Unidade Nacional CEPOL são estabelecidos no Protocolo celebrado entre a Escola da Guarda, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a Escola da Polícia Judiciária, assinado na presente data por estas entidades e por nós homologado pelo presente despacho.

6 de junho de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

209656419

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Declaração de retificação n.º 647/2016

Por ter sido publicado com inexatidão o Despacho n.º 2814/2016, referente à delegação de competências do diretor-geral da Administração da Justiça nos administradores judiciais, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 24 de fevereiro de 2016, a p. 6274, procede-se à seguinte retificação:

1 — Na subalínea *viii*) da alínea *a*) do n.º 1, onde se lê:

«Aquisição de papel, material de arquivo, material de encadernação, material de escritório, material de escrita, suportes digitais e consumi-

veis de impressão, produtos de higiene e limpeza, na medida em que a sua aquisição é exclusivamente assegurada através da plataforma eletrónica de compras públicas;»

deve ler-se:

«Aquisição de papel, material de arquivo, material de encadernação, material de escritório, material de escrita, suportes digitais e consumíveis de impressão e produtos de higiene, quando a sua aquisição seja exclusivamente assegurada através da plataforma eletrónica de compras públicas;»

2 — A presente retificação produz efeitos à data da entrada em vigor do Despacho n.º 2814/2016, de 24 de fevereiro.

7 de junho de 2016. — O Diretor-Geral, *Luis Borges Freitas*.

209649178

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso (extrato) n.º 7575/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para preenchimento de três postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, aberto pelo aviso n.º 8222/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 28 de julho de 2015, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com as trabalhadoras a seguir indicadas:

Nome	PR	NR	Efeitos
Ângela Maria Marques Esteves	1.ª/2.ª	5/7	01-3-2016
Patrícia Alexandra Figueiredo da Silva e Alves	1.ª	5	01-03-2016
Carla Maria Pereira de Sousa Lopes	1.ª/2.ª	5/7	01-4-2016

2 de junho de 2016. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.
209647882

Aviso (extrato) n.º 7576/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após conclusão do procedimento concursal comum, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os seguintes trabalhadores:

Nome	Carreira/categoria	PR	NR	Efeitos
Ana Margarida de Sousa Rua	Assistente técnico	1.ª	5	01.03.2016
Vanessa Godinho dos Reis Segurado Mendes	Assistente técnico	1.ª	5	02.03.2016
Rute Alexandra Figueira da Silva Pereira	Assistente técnico	1.ª	5	01.04.2016
Rute Afonso Silva	Assistente técnico	1.ª	5	01.04.2016
Marta Isabel Ferreira Pereira Gomes	Assistente técnico	1.ª	5	04.04.2016

02 de junho de 2016. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

209647906

Aviso (extrato) n.º 7577/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 13 de maio de 2016 do subdiretor geral de Reinserção e Serviços Prisionais, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade

na carreira e categoria de assistente técnico, no mapa de pessoal desta Direção-Geral, nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela mencionada Lei n.º 35/2014, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da trabalhadora a seguir indicada:

Nome	PR	NR	Efeitos	Serviço de Origem
Leticia Manuela Oliveira Silva	1.ª/2.ª	5/7	13-5-2016	Direção-Geral da Administração Escolar.

2 de junho de 2016. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

209647866